



Número 135 - Maio de 2014

# A evolução do crédito na economia brasileira 2008-2013

**DIIESE**  
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE  
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

## Introdução

O crédito possui importante papel na economia, uma vez que é essencial ao financiamento do consumo das famílias e do investimento dos setores produtivos. Uma das razões que explicam o crescimento da economia brasileira no período recente é, exatamente, a ampliação do mercado de crédito. Em dezembro de 2002, a relação crédito/PIB era de 23,8%, passando a 55,8% em fevereiro de 2014.

Várias modalidades de crédito foram criadas, aperfeiçoadas e ampliadas ao longo desse período, como o crédito consignado em folha de pagamento, os cartões de crédito, o crédito para aquisição da casa própria e o crédito rural, entre outros. No entanto, a atuação das instituições financeiras brasileiras no processo recente de ampliação do crédito não ocorreu de forma homogênea. Os bancos públicos tiveram um papel de destaque após o início da crise econômica internacional, e, também a partir de abril de 2012, quando foram acionados pelo governo federal para reduzir o *spread* bancário.

Esta Nota Técnica analisará a trajetória recente de crescimento do crédito no país, nas diferentes modalidades, com o intuito de subsidiar futuras reflexões sobre o potencial desse processo para impulsionar um novo patamar de desenvolvimento econômico no Brasil. Para tanto, serão utilizadas as informações apuradas pelo Banco Central para o período de janeiro de 2008 a dezembro de 2013.

## O crédito às pessoas físicas e jurídicas

Em dezembro de 2013, o saldo total das operações de crédito da economia brasileira foi de R\$ 2,715 trilhões, sendo R\$ 1,464 trilhão destinado às pessoas jurídicas (PJ) e R\$ 1,251 trilhão às pessoas físicas (PF). Em relação a janeiro de 2008, o saldo dessas operações apresentou crescimento real acumulado bastante semelhante, de 105,5% para PJ e 104,4% para PF, resultando numa variação real acumulada de 105% para o crédito total da economia<sup>1</sup>. Com isso, a participação relativa dessas duas linhas em relação ao crédito total praticamente não se alterou no período analisado, permanecendo em 54% para PJ e 46% para PF.

A relação crédito/PIB passou de 35,5%, em 2008, para 56,5%, em dezembro de 2013. Nesse período, o crédito PJ/PIB passou de 19,1% para 30,5% e o crédito PF/PIB elevou-se de 16,4% para 26%.

O crédito na economia brasileira já vinha se expandindo firmemente desde 2004, em função de uma série de fatores, como as expectativas otimistas em relação à retomada do emprego e da renda, a criação do crédito consignado com desconto em folha de pagamento e a aceleração dos investimentos produtivos a partir de 2006.

---

<sup>1</sup> Todos os valores do saldo de crédito ao longo deste trabalho foram atualizados pelo IPCA-IBGE até dezembro de 2013.

Até 2007, a expansão do crédito era mais expressiva nos bancos privados<sup>2</sup>. Mas, desde o início da crise financeira mundial, em 2008, os bancos privados reduziram a oferta de crédito, que passou a ser sustentada pelos bancos públicos, notadamente nos financiamentos aos setores industrial, agrícola e habitacional, como parte da estratégia do governo federal para enfrentar a crise econômica internacional<sup>3</sup>.

**TABELA 1**  
**Saldo<sup>1</sup> das operações crédito por Pessoa Jurídica e Física**  
**Brasil - Janeiro de 2008 a dezembro de 2013**

Meses	Saldo (em R\$ milhões de dez/2013)			Participação relativa (%)	
	Total	PJ	PF	PJ	PF
jan/08	1.324.530	712.605	611.926	54%	46%
dez/08	1.627.514	922.261	705.254	57%	43%
dez/09	1.796.079	1.003.055	793.025	56%	44%
dez/10	2.044.701	1.117.839	926.864	55%	45%
dez/11	2.279.950	1.247.500	1.032.450	55%	45%
dez/12	2.508.326	1.368.968	1.139.358	55%	45%
dez/13	2.715.151	1.464.070	1.251.081	54%	46%
<b>Varição Acumulada</b>	<b>105,0%</b>	<b>105,5%</b>	<b>104,4%</b>	-	-

Fonte: Banco Central do Brasil  
Elaboração: DIEESE - Rede Bancários  
Nota: (1) Deflator IPCA-IBGE

**TABELA 2**  
**Saldo das operações de crédito em relação ao PIB por Pessoa Jurídica e Física**  
**Brasil - Janeiro de 2008 a dezembro de 2013**

(em % do PIB)

Meses	Total/PIB	PJ/PIB	PF/PIB
jan/08	35,47	19,08	16,39
dez/08	40,7	23,06	17,63
dez/09	43,85	24,49	19,36
dez/10	45,43	24,84	20,59
dez/11	49,1	26,9	22,2
dez/12	53,8	29,4	24,4
dez/13	56,5	30,5	26

Fonte: Banco Central do Brasil  
Elaboração: DIEESE - Rede Bancários

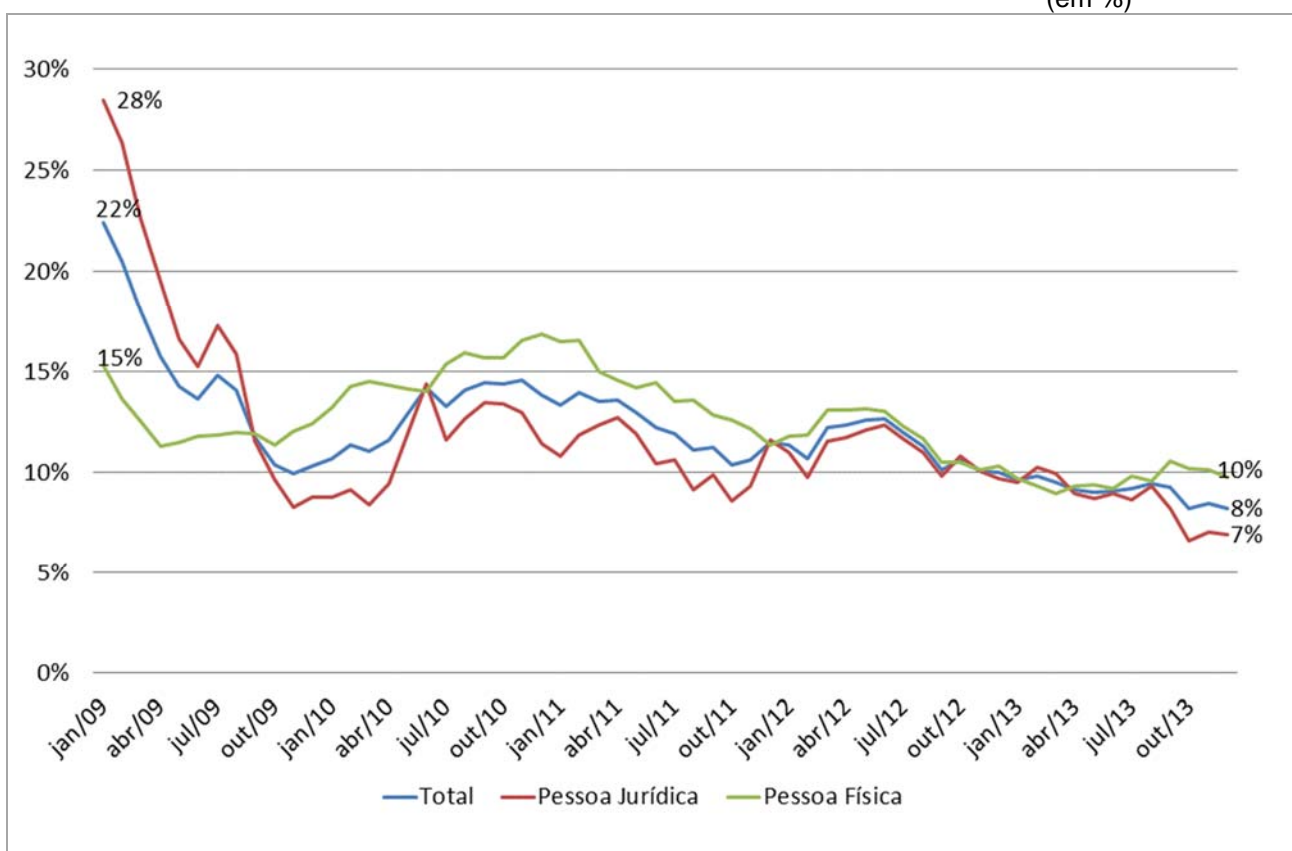
<sup>2</sup> Ipea, 2011.

<sup>3</sup> Idem.

Quando se observa a taxa de crescimento real acumulado em 12 meses para os diferentes tipos de crédito, nota-se uma tendência mais recente de desaceleração do crédito às empresas. Enquanto em janeiro de 2009, os empréstimos PJ se expandiram a uma taxa anual de 28%, em termos reais, o ritmo caiu para 7%, em dezembro de 2013. Para as famílias, o crédito, que crescia a 15% no início de 2009, chegou ao fim de 2013 com expansão real de 10% em 12 meses, também apresentando desaceleração, porém, em menor intensidade que os empréstimos às empresas (Gráfico 01).

**GRÁFICO 1**  
**Taxa de crescimento real acumulado em 12 meses do**  
**saldo das operações de crédito no Brasil PJ e PF**  
**Brasil - Janeiro de 2009 a dezembro de 2013**

(em %)



Fonte: Banco Central do Brasil  
 Elaboração: DIEESE - Rede Bancários

## Destinação do crédito: recursos livres e direcionados

A análise da evolução do crédito no Brasil, por destinação - recursos livres ou direcionados -, mostrou comportamento bastante distinto.

O saldo de empréstimos com recursos livres, ou seja, aqueles que as instituições financeiras aplicam onde e como quiserem, atingiu R\$ 1,508 trilhão em dezembro de 2013, o que representou crescimento real

acumulado de 70% desde janeiro de 2008. Já o crédito com recursos direcionados, aqueles que as instituições devem, obrigatoriamente, aplicar em determinadas linhas em função de leis ou regulamentações com taxas de juros subsidiadas, apresentou variação bastante superior no mesmo período, com expansão real de 176%, atingindo R\$ 1,207 trilhão, com destaque para o crédito imobiliário, rural e com recursos do BNDES.

Com isso, a participação relativa do crédito direcionado no total passou de 33%, em janeiro de 2008, para 44,4%, em dezembro de 2013. Por outro lado, a participação do crédito livre caiu de 67% para 55,6% no mesmo período.

A maior intensidade da expansão do crédito direcionado se deve ao fato de que a atuação anticíclica dos bancos públicos diante da crise internacional ocorreu em setores específicos, como indústria (principalmente, via BNDES), agricultura (principalmente, via Banco do Brasil) e habitacional (principalmente, via Caixa Econômica Federal), segmentos que envolvem operações de prazo mais longo, em que o setor bancário privado brasileiro, historicamente, tem pouca participação, seja porque suas fontes de captação de recursos são de curto prazo ou pela existência de alternativas de aplicação de recursos que garantam alta rentabilidade e baixo risco, em prazos curtos.

**TABELA 3**  
**Saldo<sup>1</sup> das operações crédito: recursos livres e direcionados**  
**Brasil - Janeiro de 2008 a dezembro de 2013**

Meses	Saldo (em R\$ milhões de dez/2013)		Participação Relativa (em %)	
	Recursos Livres	Recursos Direcionados	Recursos Livres	Recursos Direcionados
jan/08	887.271	437.260	67%	33%
dez/08	1.101.340	526.175	68%	32%
dez/09	1.144.259	651.821	64%	36%
dez/10	1.262.885	781.817	62%	38%
dez/11	1.381.158	898.792	61%	39%
dez/12	1.481.832	1.026.494	59%	41%
dez/13	1.508.309	1.206.842	56%	44%
<b>Varição Acumulada</b>	<b>70%</b>	<b>176%</b>	-	-

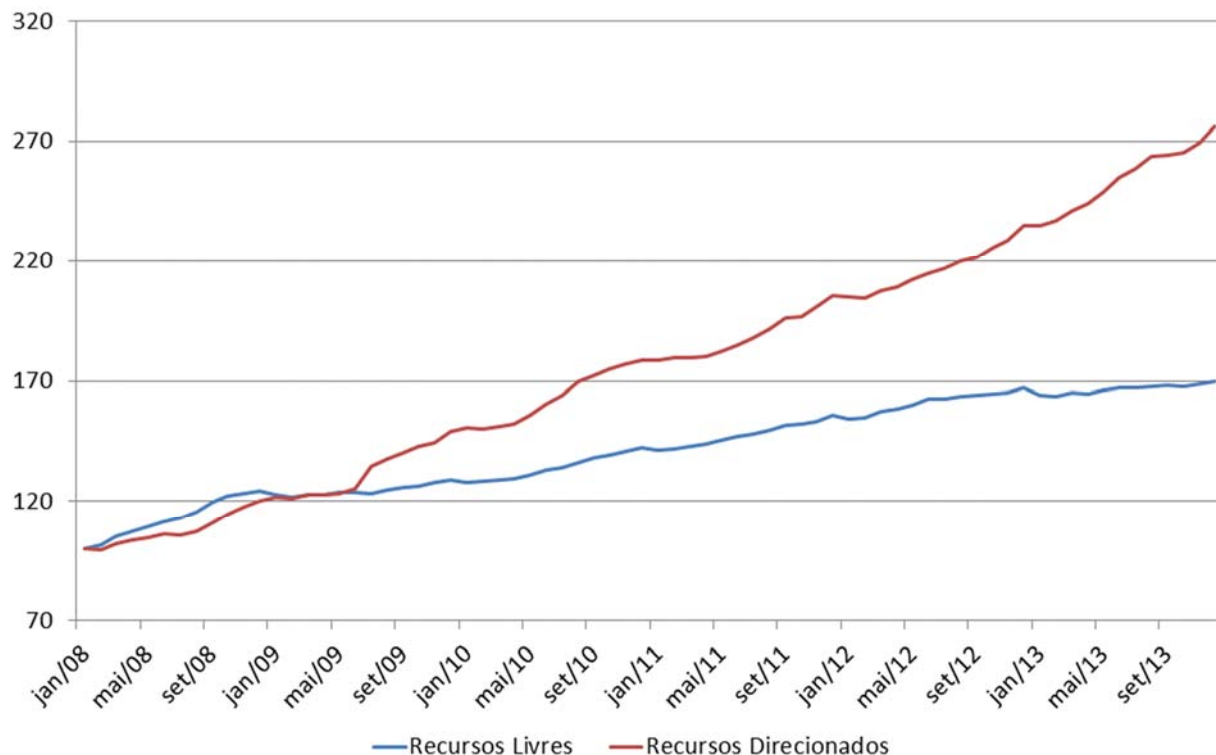
Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: DIEESE - Rede Bancários

Nota: (1) Deflator IPCA-IBGE

**GRÁFICO 2**  
**Evolução do saldo de operações de crédito: Recursos Livres e Direcionados**  
**Brasil - Janeiro de 2008 a dezembro de 2013**

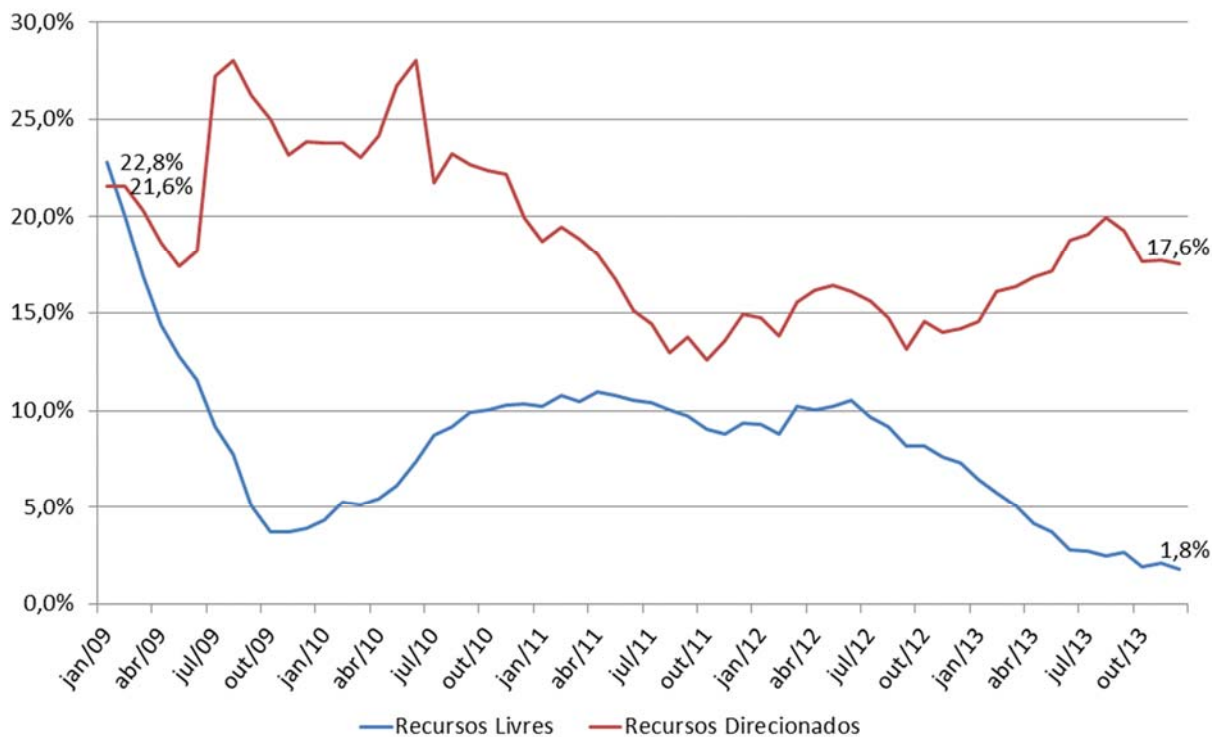
Número Índice (jan/2008 = base 100)



Fonte: Banco Central do Brasil  
 Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

A taxa de crescimento real acumulado em 12 meses mostra que o crescimento do crédito no Brasil, no período recente, está sendo sustentado pelo desempenho dos empréstimos com recursos direcionados e a desaceleração no crescimento do crédito, desde 2008, está diretamente relacionada às operações com recursos livres, que saíram de um crescimento real anual de 22,8%, em 2009, para 1,8%, em 2013 (ver Gráfico 3). O saldo do crédito com recursos direcionados cresceu 21,6% em termos reais, em 2009, e, embora tenha desacelerado o ritmo de expansão, permaneceu em patamar elevado em 2013 (17,6%).

**GRÁFICO 3**  
**Taxa de Crescimento real acumulado em 12 meses do saldo das operações de crédito**  
**Brasil - Janeiro de 2008 a dezembro de 2013**  
 (em %)



Fonte: Banco Central do Brasil  
 Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

Com isso, o crédito com recursos livres como proporção do PIB passou de 23,76%, em 2008, para 31,4%, ao final de 2013. Já o crédito com recursos direcionados como proporção do PIB teve significativa elevação, passando de 11,71% para 25,1% no mesmo período.

**TABELA 4**  
**Saldo das operações de crédito em relação ao PIB**  
**Recursos Livres e Direcionados**  
**Brasil - Janeiro de 2008 a dezembro de 2013 (em % do PIB)**

<b>Meses</b>	<b>Recursos livres em relação ao PIB (%)</b>	<b>Recursos direcionados em relação ao PIB (%)</b>
jan/08	23,76	11,71
dez/08	27,54	13,16
dez/09	27,94	15,91
dez/10	28,06	17,37
dez/11	29,7	19,4
dez/12	31,8	22
dez/13	31,4	25,1

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

## Recursos Livres

### Recursos Livres para Pessoa Jurídica

O saldo do crédito com recursos livres destinado às empresas apresentou variação real de 74,4%, entre janeiro de 2008 e dezembro de 2013.



**TABELA 5**  
**Saldo das operações crédito com recursos livres - pessoa jurídica**  
**Brasil - Janeiro de 2008 a dezembro de 2013**

(em R\$ milhões de dez/2013)

Operações	jan/08	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	Varição Real Acumulada
<b>Financiamento a exportações</b>	9.469	20.427	16.828	19.001	31.422	39.056	50.340	431,60%
<b>Antecipação de faturas de cartão de crédito</b>	2.201	2.279	2.622	3.681	5.703	6.544	7.030	219,50%
<b>Cartão de crédito</b>	2.510	3.194	3.285	4.713	5.424	6.090	6.847	172,70%
<b>Capital de giro</b>	143.028	223.361	272.100	315.635	347.616	388.063	388.063	171,30%
<b>Aquisição de outros bens</b>	3.561	3.432	3.610	5.112	6.884	8.174	8.738	145,40%
<b>Aquisição de veículos</b>	13.121	12.733	13.725	16.791	22.769	23.669	21.703	65,40%
<b>Desconto de duplicatas</b>	17.513	20.571	21.374	21.370	20.668	21.751	23.150	32,20%
<b>Conta garantida</b>	42.253	47.846	43.529	43.607	48.962	45.661	43.036	1,90%
<b>Adiantamento sobre contratos de câmbio</b>	41.733	57.036	37.997	35.040	44.445	48.622	42.479	1,80%
<b>Cheque especial</b>	12.178	13.790	12.545	12.569	12.344	12.057	12.316	1,10%
<b>Desconto de cheques</b>	11.484	13.032	11.310	10.865	10.920	10.641	9.487	-17,40%
<b>Arrendamento mercantil</b>	34.138	45.024	40.548	34.451	29.711	24.283	20.028	-41,30%
<b>Repasso externo</b>	40.726	40.436	16.265	9.958	10.194	14.657	23.818	-41,50%
<b>Financiamento a importações</b>	11.543	11.376	5.609	5.211	6.236	5.251	5.464	-52,70%
<b>Total</b>	437.543	576.736	561.487	600.063	676.786	748.289	763.170	74,40%

Fonte: Banco Central do Brasil  
 Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

Os destaques no período foram financiamento às exportações (+431,6%), antecipação de faturas de cartão de crédito (+219,5%), cartão de crédito (+172,7%), capital de giro (+171,3%), aquisição de outros bens (+145,4%), aquisição de veículos (+65,4%) e desconto de duplicata (+32,2%). As seguintes linhas apresentaram redução, em termos reais: financiamento a importações (-52,7%), repasse externo (-41,5%), arrendamento mercantil (-41,3%) e desconto de cheques (-17,4%). Os saldos de conta garantida (+1,9%), cheque especial (+1,1%) e

adiantamento sobre contratos de câmbio (+1,8%) apresentaram variações menos intensas no período analisado (Tabela 6).

No que diz respeito à participação relativa, o destaque ficou por conta de “capital de giro”, que chegou, em 2013, a 50,8% do total do crédito livre PJ, diante de 32,7%, em 2008. Outra linha cuja participação aumentou foi “financiamento às exportações”, que passou de 2,2% para 6,6% dos saldos de empréstimos com recursos livres às empresas. As demais linhas tiveram participação relativa ou apresentaram estabilidade, conforme mostra a Tabela 6.

**TABELA 6**  
**Participação relativa das linhas de crédito no total de**  
**empréstimos com recursos livres Pessoa Jurídica**  
**Brasil - janeiro de 2008 e dezembro de 2013**

(em %)

Itens	Jan/2008	Dez/2013	Varição (em p.p.)
Capital de giro	32,7%	50,8%	+18,2 p.p.
Conta garantida	9,7%	5,6%	-4 p.p.
Adiantamento sobre contratos de câmbio	9,5%	5,6%	-4 p.p.
Repasso externo	9,3%	3,1%	-6,2 p.p.
Arrendamento mercantil	7,8%	2,6%	-5,2 p.p.
Desconto de duplicatas	4,0%	3,0%	-1 p.p.
Aquisição de veículos	3,0%	2,8%	-0,2 p.p.
Cheque especial	2,8%	1,6%	-1,2 p.p.
Financiamento a importações	2,6%	0,7%	-1,9 p.p.
Desconto de cheques	2,6%	1,2%	-1,4 p.p.
Financiamento a exportações	2,2%	6,6%	+4,4 p.p.
Aquisição de outros bens	0,8%	1,1%	+0,3 p.p.
Cartão de crédito	0,6%	0,9%	+0,3 p.p.
Antecipação de faturas de cartão de crédito	0,5%	0,9%	+0,4 p.p.

Fonte: Banco Central do Brasil  
 Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

## Recursos Livres para Pessoa Física (PF)

O saldo de crédito com recursos livres destinados às Pessoas Físicas apresentou variação real de 65,7% entre janeiro de 2008 e dezembro de 2013.

**TABELA 7**  
**Saldo das operações crédito da economia**  
**brasileira com recursos livres - Pessoa Física**  
**Brasil - janeiro de 2008 e dezembro de 2013**

(em milhões de reais de dez/2013)

<b>Modalidade</b>	<b>jan/08</b>	<b>dez/08</b>	<b>dez/09</b>	<b>dez/10</b>	<b>dez/11</b>	<b>dez/12</b>	<b>dez/13</b>	<b>Varição Real Acumulada</b>
Cartão de crédito total	57.853	78.355	100.911	119.462	127.802	134.098	144.589	149,9%
Crédito pessoal consignado total	96.911	109.275	135.647	162.735	178.621	200.043	221.842	128,9%
Crédito pessoal não consignado vinculado à renegociação de dívidas	11.649	10.284	8.130	12.985	17.006	22.750	21.195	81,9%
Crédito pessoal não consignado	56.501	61.840	66.266	77.957	89.121	95.558	97.758	73,0%
Aquisição de veículos	114.910	108.721	119.020	167.542	199.156	204.636	192.793	67,8%
Cheque especial	19.608	21.155	19.961	19.414	19.721	19.369	20.217	3,1%
Desconto de cheques	1.760	1.919	1.840	1.713	1.676	1.772	1.562	-11,3%
Aquisição de outros bens	17.785	15.301	11.936	12.373	10.565	11.068	11.373	-36,1%
Arrendamento mercantil total	59.986	100.733	100.218	68.284	39.186	18.972	7.906	-86,8%
Outros créditos livres	12.766	17.022	18.843	20.356	21.518	25.281	25.905	102,9%
<b>Total</b>	<b>449.728</b>	<b>524.604</b>	<b>582.771</b>	<b>662.822</b>	<b>704.372</b>	<b>733.544</b>	<b>745.139</b>	<b>65,7%</b>

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: DIEESE - Rede Bancários

Obs.: Deflator IPCA-IBGE

Os destaques no período foram “Cartão de crédito total” (+149,9%), “Crédito pessoal consignado total” (+128,9%) e “Crédito pessoal não consignado vinculado à renegociação de dívidas” (81,9%). Tiveram redução, em termos reais, “Arrendamento Mercantil” (-86,8%), “Aquisição de outros bens” (-36,1%) e “Desconto de Cheques” (-11,3%). O saldo de operações na modalidade “Cheque especial” sofreu pequena alteração (3,1%).

Em dezembro de 2013, a modalidade “crédito consignado total” foi responsável por 29,8% do saldo total de empréstimos com recursos livres PF, apresentando aumento de 8,2 pontos percentuais quando comparado à janeiro de 2008. As modalidades “Aquisição de veículo” e “Cartão de crédito total” representaram, respectivamente, 25,9% e 19,4% do total de empréstimos com recursos livres PF, em dezembro de 2013. A linha que apresentou a segunda maior variação foi “Cartão de Crédito total”, com aumento de 6,5 pontos percentuais desde janeiro de 2008, conforme Tabela 8.

**TABELA 8**  
**Participação relativa (%) das linhas de crédito no total de**  
**empréstimos com recursos livres - Pessoa Física**  
**Brasil - Janeiro de 2008 e Dezembro de 2013**

<b>Modalidade</b>	<b>Jan/2008</b>	<b>Dez/2013</b>	<b>Varição (em p.p.)</b>
Crédito pessoal consignado total	21,5%	29,8%	+8,2 p.p.
Aquisição de veículos	25,6%	25,9%	+0,3 p.p.
Cartão de crédito total	12,9%	19,4%	+6,5 p.p.
Crédito pessoal não consignado	12,6%	13,1%	+0,6 p.p.
Crédito pessoal não consignado vinculado à renegociação de dívidas	2,6%	2,8%	+0,3 p.p.
Cheque especial	4,4%	2,7%	-1,6 p.p.
Aquisição de outros bens	4,0%	1,5%	-2,4 p.p.
Arrendamento mercantil total	13,3%	1,1%	-12,3 p.p.
Desconto de cheques	0,4%	0,2%	-0,2 p.p.
Outros créditos livres	2,8%	3,5%	+0,6 p.p.

Fonte: Banco Central do Brasil  
 Elaboração: DIEESE - Rede Bancários

## O Crédito Consignado

O crédito consignado é uma modalidade de empréstimo pessoal cujas parcelas são deduzidas diretamente da folha de pagamento da pessoa física. Ele pode ser obtido em bancos ou financeiras e o prazo máximo para quitação é de 72 meses. Os juros e demais encargos variam conforme o valor contratado e variam ligeiramente em cada instituição financeira. Além dos juros, é cobrado o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e não é permitida a cobrança de Taxa de Abertura de Crédito (TAC).

O crédito consignado é mais seguro para quem está emprestando, pois a cobrança é praticamente automática e a responsabilidade é do empregador ou do governo via Previdência Social, nos casos dos aposentados e pensionistas do INSS. Isso possibilita o empréstimo até para pessoas cujos nomes estão nos registros de inadimplência no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) ou no Serasa. Também é vantajoso para o devedor, pois as taxas de juros são mais baixas que as praticadas nas demais modalidades de empréstimo pessoal.

A Lei n.º 10.820, de 17 de dezembro de 2003, regulamentou a concessão e extensão do crédito consignado a todos os assalariados do setor público e privado, bem como aos aposentados e pensionistas do INSS. Entretanto, essa modalidade de empréstimo está prevista no ordenamento jurídico brasileiro desde 1946.

Em dezembro de 2013, o saldo total das operações de crédito consignado da economia brasileira foi de R\$ 221,8 bilhões, sendo R\$ 17,9 bilhões destinados aos empregados da iniciativa privada, R\$ 137,1 bilhões aos do setor público e R\$ 66,7 bilhões aos aposentados e pensionistas do INSS.

Em relação a janeiro de 2008, o saldo total destas operações teve crescimento real acumulado de 128,9%. O maior crescimento ocorreu entre os trabalhadores do setor privado, de 155,4%, seguido de 134,4% entre os trabalhadores do setor público e 112,9% entre aposentados e pensionistas. Entretanto, no período considerado, a maior parcela do saldo total do empréstimo consignado - em média, 62,2% do total - se destinou aos trabalhadores no setor público. Em seguida, estão os aposentados e pensionistas, que responderam, em média, por 29,8% do total do crédito consignado. Os trabalhadores na iniciativa privada representaram, em média, 8% do total de tomadores de empréstimo consignado em folha de pagamento.

Essas informações constam nas Tabelas 9 e 10.

**TABELA 9**  
**Saldo das operações de crédito consignado, total e por segmentos**  
**Brasil - Janeiro de 2008 a dezembro de 2013**

(em R\$ milhões de dezembro de 2013)

Meses/Segmento	Trabalhadores do setor privado	Trabalhadores do setor público	Aposentados e pensionistas do INSS	Crédito pessoal consignado total
jan/08	7.024,05	58.540,25	31.347,06	96.911,36
dez/08	8.222,06	70.308,28	30.745,04	109.275,38
dez/09	10.589,23	86.513,09	38.544,81	135.647,13
dez/10	13.770,96	99.692,90	49.271,02	162.734,88
dez/11	14.992,64	111.362,52	52.266,30	178.621,46
dez/12	17.204,15	122.897,85	59.940,23	200.043,29
dez/13	17.941,00	137.157,00	66.743,00	221.842,00
<b>Variação Acumulada</b>	<b>155,4%</b>	<b>134,3%</b>	<b>112,9%</b>	<b>128,9%</b>

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

Nota: Deflator IPCA-IBGE

**TABELA 10**  
**Participação no crédito consignado total, por segmento**  
**Brasil - Janeiro de 2008 a dezembro de 2013**

(em %)

Meses/Segmentos	Trabalhadores do setor privado	Trabalhadores do setor público	Aposentados e pensionistas do INSS	Total
jan/08	7,2%	60,4%	32,3%	100,0%
dez/08	7,5%	64,3%	28,1%	100,0%
dez/09	7,8%	63,8%	28,4%	100,0%
dez/10	8,5%	61,3%	30,3%	100,0%
dez/11	8,4%	62,3%	29,3%	100,0%
dez/12	8,6%	61,4%	30,0%	100,0%
dez/13	8,1%	61,8%	30,1%	100,0%
Média	8,0%	62,2%	29,8%	100,0%

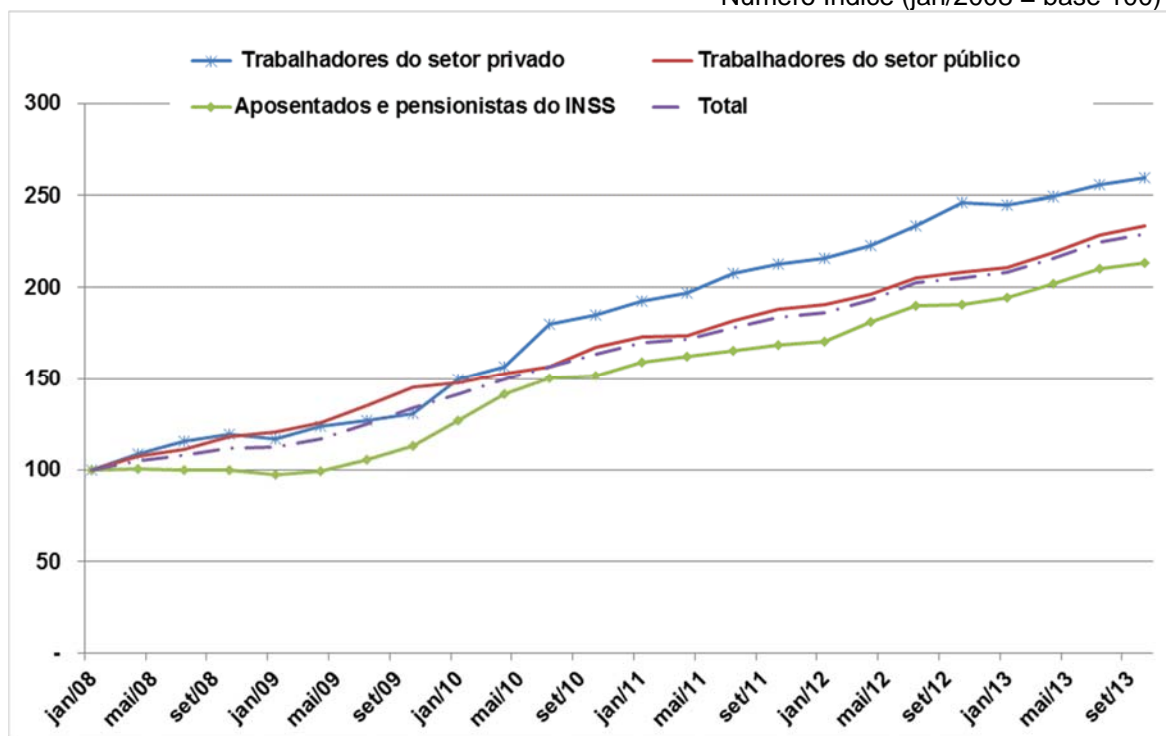
Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

Ao se considerar a evolução trimestral do saldo das operações de crédito consignado, observa-se expansão ininterrupta desde janeiro de 2008. Novamente, o destaque é o empréstimo voltado aos trabalhadores da iniciativa privada. O Gráfico 4 ilustra esse fato.

**GRÁFICO 4**  
**Evolução do saldo de operações de crédito consignado: total e segmentos**  
**Brasil - Janeiro de 2008 a dezembro de 2013**

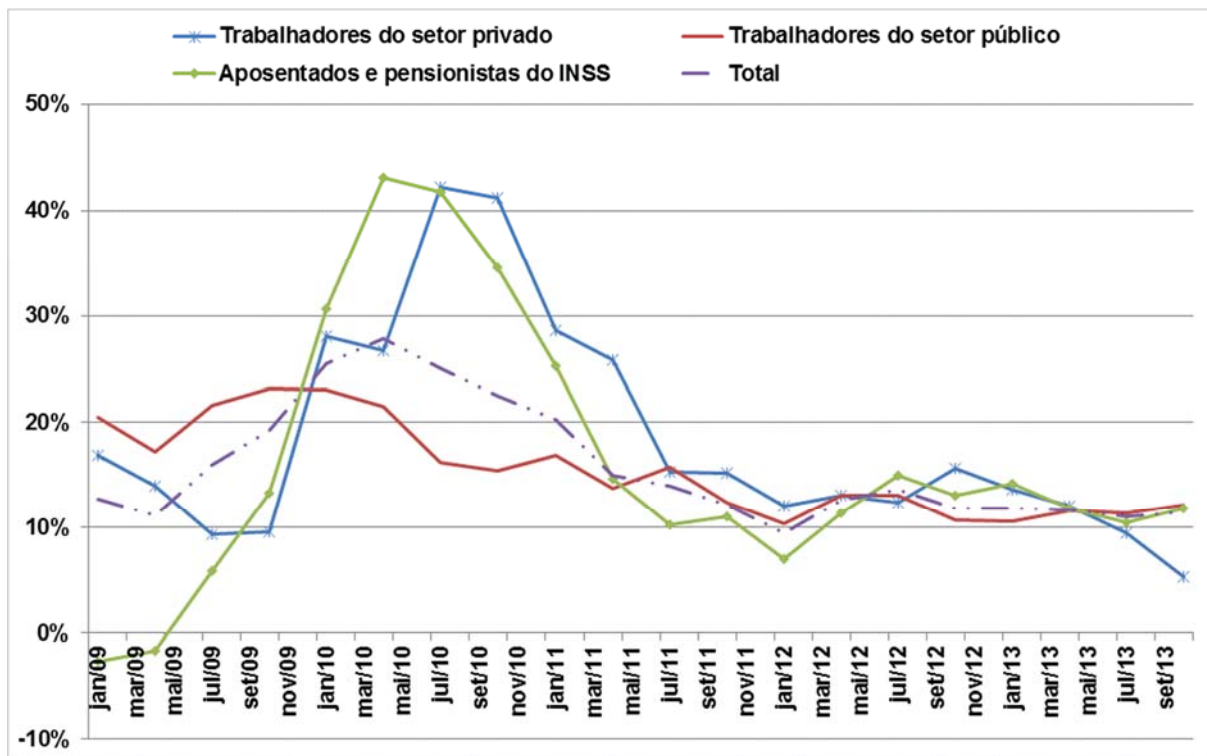
Número Índice (jan/2008 = base 100)



Fonte: Banco Central do Brasil  
 Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

Contudo, quando se observa o comportamento das taxas de crescimento real acumulado em 12 meses do saldo das operações de crédito consignado, nota-se uma expansão mais acelerada a partir do final de 2009 até o início de 2011. Daí em diante, as taxas de crescimento desaceleraram e, em 2012 e 2013, praticamente retornam aos patamares vigentes no início do período. Esse movimento pode ser verificado no Gráfico 5.

**GRÁFICO 5**  
Taxa de crescimento real acumulado em 12 meses do saldo das operações de crédito consignado: total e segmentos (em %)



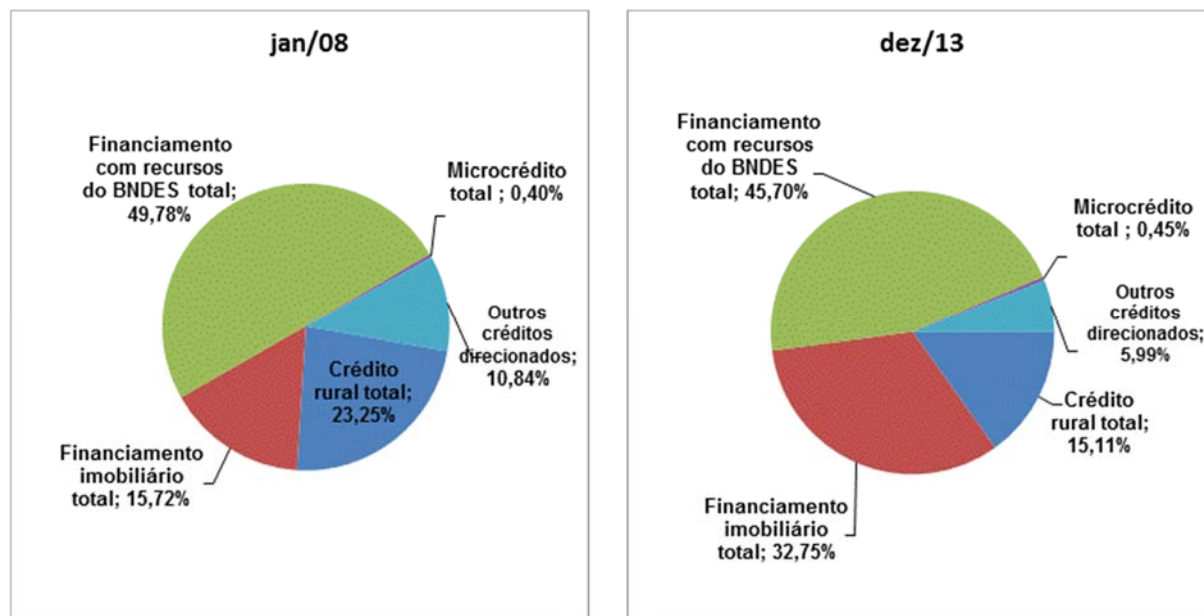
Fonte: Banco Central do Brasil  
Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

## Recursos Direcionados

### O Crédito Direcionado Imobiliário

Uma das modalidades que mais se expandiu nos últimos anos, tornando-se um dos pilares do crescimento do crédito no país, foi o crédito imobiliário. O volume do saldo da carteira de crédito direcionado para aquisição e financiamento imobiliário cresceu 5,7 vezes (474,8%) entre 2008 e 2013, segundo dados do Banco Central. Esse crescimento se refletiu na maior participação da carteira de crédito imobiliário no total dos recursos direcionados, que era de 15,7%, em janeiro de 2008 e passou a ser de 33%, em dezembro de 2013, conforme mostra o Gráfico 6.

**GRÁFICO 6**  
**Participação relativa das modalidades de crédito direcionado**  
**Brasil – jan/2008 e dez/2013**



Fonte: Banco Central do Brasil  
 Elaboração: DIEESE - Rede Bancários

Vários fatores influenciaram esse crescimento substancial do crédito habitacional, como o aumento da renda das famílias, a estabilidade econômica, a entrada e maior atuação dos bancos privados nessa modalidade de crédito, uma vez que grande parte destes financiamentos era realizada pelos bancos públicos, principalmente a Caixa Econômica Federal, que detém atualmente 68,5% de participação no crédito imobiliário total<sup>4</sup>, além do incentivo do governo aos programas de aquisição da casa própria, como o “Minha Casa, Minha Vida”. Vale ressaltar que o governo teve participação ativa na expansão do crédito imobiliário, sendo um dos principais agentes de fomento ao setor por meio do direcionamento do crédito a taxas de juros reguladas.

O crédito imobiliário destinado à pessoa jurídica registrou espetacular incremento nos últimos seis anos, com crescimento real de 601%, superando amplamente o crédito destinado à pessoa física, que elevou-se em 459% acima da inflação do período. Essas variações foram muito superiores à elevação do crédito direcionado total para pessoa jurídica (155%) e pessoa física (212%), conforme mostra a Tabela 11.

<sup>4</sup> De acordo com Demonstrações Financeiras da Caixa Econômica Federal em dezembro de 2013.



**TABELA 11**  
**Varição real do saldo<sup>1</sup> do crédito imobiliário**  
**Brasil - jan/2008 e dez/2013**

(em R\$ milhões de dez/2013)

<b>Saldos</b>	<b>jan/08</b>	<b>dez/13</b>	<b>Varição Acumulada (em %)</b>
Imobiliário PF (a)	61.088,14	341.465,00	459,0%
Total Carteira Direcionado PF	162.197,82	505.942,00	211,9%
Imobiliário PJ (b)	7.670,05	53.776,00	601,1%
Total Carteira Direcionado PJ	275.061,94	700.900,00	154,8%
Total Imobiliário (a+b)	68.758,19	395.241,00	474,8%

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: DIEESE - Rede Bancários

Nota: (1) Deflator IPCA-IBGE

Apesar de uma variação real menor, a carteira de crédito imobiliário PF representou, em termos de participação, a maior parcela da carteira de crédito imobiliário (86,4%), com saldo de R\$ 341,5 bilhões em dezembro de 2013. Já a carteira de crédito imobiliário PJ representava apenas 13,6% do total do crédito imobiliário, no montante de R\$ 53,8 bilhões. Contudo, a participação do crédito imobiliário PF teve pequena retração em comparação a janeiro de 2008, uma vez que chegou a representar 89% do total da carteira de crédito imobiliário no período analisado. Enquanto isso, a carteira PJ ampliou a participação, pois representava 11,2% do total do imobiliário.

**TABELA 12**  
**Participação relativa do crédito imobiliário pessoa física e jurídica**  
**em relação ao crédito imobiliário total e direcionado total**  
**Brasil - jan/2008 e dez/2013**

<b>Meses</b>	<b>Em relação ao Imobiliário Total</b>		<b>Em relação ao total de crédito direcionado</b>
	<b>Imobiliário PF</b>	<b>Imobiliário PJ</b>	<b>Imobiliário total</b>
jan/08	88,8%	11,2%	15,7%
jan/09	86,5%	13,5%	17,4%
jan/10	85,4%	14,6%	19,9%
jan/11	85,4%	14,6%	23,9%
jan/12	85,5%	14,5%	28,3%
jan/13	85,8%	14,2%	31,1%
dez/13	86,4%	13,6%	32,8%

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: DIEESE - Rede Bancários

A Tabela 13 mostra, também, a evolução da participação do financiamento imobiliário no total da carteira de crédito direcionado. Em janeiro de 2008, os empréstimos habitacionais representavam 15,7% do total dos recursos com destinação específica. Ao longo dos últimos seis anos, houve elevações sucessivas nesse percentual, principalmente nos primeiros três anos, nos quais a carteira imobiliária apresentou uma elevação de 8.2 p.p., passando de 15,7% para quase 23,9% no início de 2011.

Devido ao crescimento significativo dos saldos do crédito direcionado ao setor imobiliário, a relação Crédito Imobiliário/PIB também se ampliou. Em janeiro de 2008, essa relação era de 1,84%, passando a 2,32% no ano seguinte e assim prosseguiu crescendo até alcançar 8,22%, em dezembro de 2013, conforme mostra a Tabela 13.

**TABELA 13**  
**Crédito ao Setor Imobiliário**  
**em relação ao PIB**  
**Brasil - jan/2008 a dez/2013**

<b>Meses</b>	<b>Crédito Imob/PIB</b>
jan/08	1,84%
jan/09	2,32%
jan/10	3,19%
jan/11	4,14%
jan/12	5,46%
jan/13	6,84%
dez/13	8,22%

Fonte: Banco Central do Brasil  
Elaboração: DIEESE - Rede Bancários

Mesmo com o crescimento acentuado desse indicador nos últimos seis anos, a relação Crédito Imobiliário/PIB no Brasil é muito baixa, se comparada a países como Chile e Espanha, onde os percentuais são de 19,7% e de 60%<sup>5</sup>, respectivamente.

## O Crédito Rural

O crédito rural é destinado aos produtores, cooperativas e associações, com o objetivo de estimular a produção agrícola, os investimentos e a comercialização de produtos agropecuários.

Em janeiro de 2008, o crédito destinado ao setor rural no Brasil representava 3,36% do PIB, segundo as informações do Banco Central. Ao longo desse período, tal como ocorreu com a maioria das linhas de crédito da economia, esse percentual se ampliou, passando a representar 4,56% de toda a riqueza gerada no país.

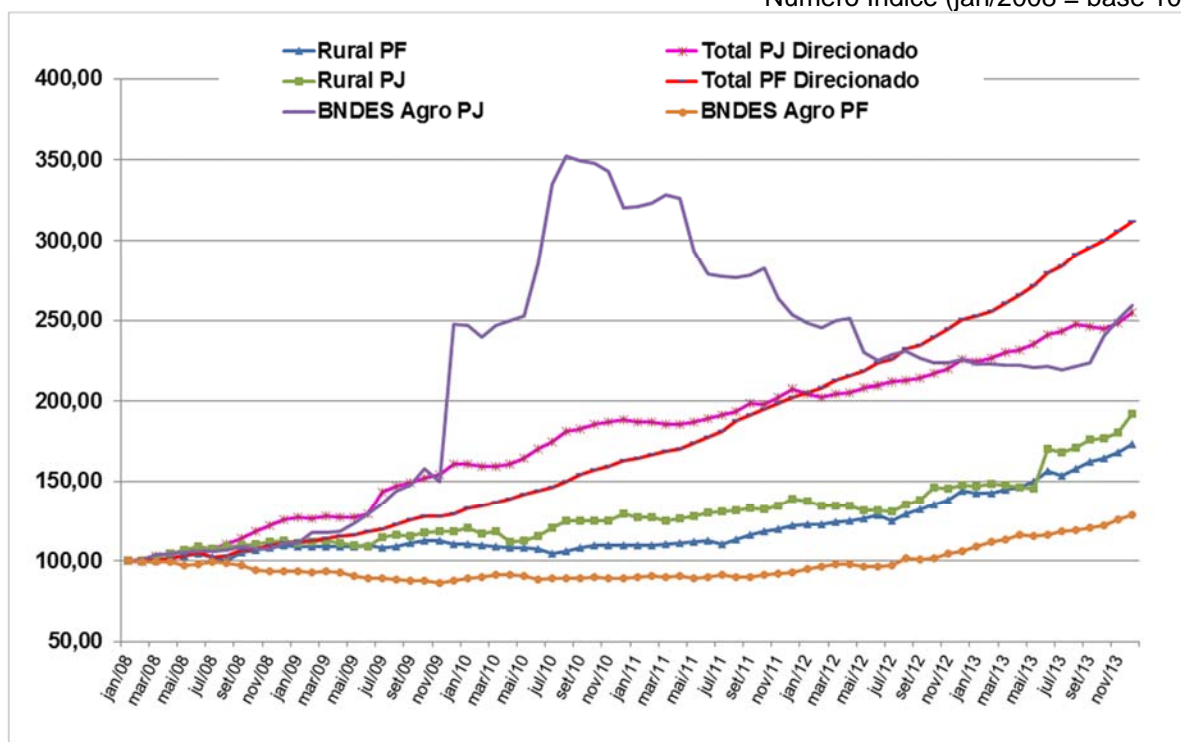
---

<sup>5</sup> Informações obtidas nos sites dos Bancos Centrais dos respectivos países.

O produtor rural pode solicitar o empréstimo como pessoa física ou pessoa jurídica junto aos bancos ou em cooperativas de crédito e também pode solicitar o financiamento por meio dos programas de concessão de crédito do governo, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e as linhas específicas do BNDES, por exemplo. Vale lembrar que somente o Banco do Brasil tem 66,1% de participação de mercado em créditos rurais e agroindustriais.<sup>6</sup>

**GRÁFICO 7**  
**Evolução do Saldo da Carteira de Crédito Direcionado Rural PF e PJ**  
**Brasil - jan/2008 a dez/2013**

Número Índice (jan/2008 = base 100)



Fonte: Banco Central do Brasil  
 Elaboração: DIEESE - Rede Bancários

Segundo o Gráfico 7, houve elevação, em termos reais, em todos os saldos de crédito ao setor rural, entre janeiro de 2008 e dezembro de 2013, entretanto, abaixo do crescimento do total da carteira de crédito direcionado, tanto para pessoa física (PF) quanto para pessoa jurídica (PJ).

O saldo total da carteira de crédito direcionado PF e PJ teve crescimento bastante intenso (211,9% e 154,8%, respectivamente) no período analisado. Já o total da carteira destinada ao crédito rural, somada aos recursos do BNDES para financiamento agroindustrial, também cresceu, mas em ritmo menos intenso e somou R\$ 218 bilhões em dezembro de 2013, com crescimento real de 73,1% em relação a janeiro de 2008, como mostra a Tabela 14.

<sup>6</sup> Conforme Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil, em dezembro de 2013.

**TABELA 14**  
**Saldos da carteira de crédito com recursos direcionados**  
**para pessoa física e pessoa jurídica no setor rural**  
**Brasil – janeiro de 2008 e dezembro de 2013**

(em R\$ milhões de dez/2013)

<b>Saldos</b>	<b>jan/08</b>	<b>dez/13</b>	<b>Varição Acumulada (em %)</b>
Rural PF (a)	66.653,48	115.271,00	72,9%
BNDES PF agroindustrial (b)	20.917,95	26.887,00	28,5%
<b>Total Carteira Direcionado PF</b>	<b>162.197,82</b>	<b>505.942,00</b>	<b>211,9%</b>
Rural PJ (c)	35.011,90	67.133,00	91,7%
BNDES PJ agroindustrial (d)	3.371,71	8.742,00	159,3%
<b>Total Carteira Direcionado PJ</b>	<b>275.061,94</b>	<b>700.900,00</b>	<b>154,8%</b>
<b>Total Rural (a+b+c+d)</b>	<b>125.955,04</b>	<b>218.033,00</b>	<b>73,1%</b>

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: Rede Bancários - DIEESE

Entre as carteiras para o produtor agrícola, a que obteve o maior crescimento foi o financiamento agroindustrial com recursos do BNDES para pessoa jurídica (159%), seguida do Crédito Rural Pessoa Jurídica (91,7%), Crédito Rural Pessoa Física (72,9%) e, finalmente, BNDES Agroindustrial Pessoa Física (28,5%) - Tabela 15.

**TABELA 15**  
**Participação relativa dos saldos da carteira**  
**de crédito destinados ao setor rural**  
**Brasil - janeiro de 2008 e dezembro de 2013**

(em %)

<b>Saldos</b>	<b>Participação Relativa</b>	
	<b>jan/08</b>	<b>dez/13</b>
Rural PF (a)	41,1%	22,8%
BNDES PF agroindustrial (b)	12,9%	5,3%
<b>Total Carteira Direcionado PF</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
Rural PJ (c)	12,7%	9,6%
BNDES PJ agroindustrial (d)	1,2%	1,2%
<b>Total Carteira Direcionado PJ</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
<b>Total Rural (a+b+c+d)</b>	<b>28,8%</b>	<b>18,1%</b>
<b>Total Carteira Direcionado</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: Rede Bancários – DIEESE

No tocante à participação destas carteiras no crédito direcionado, houve queda em todas as linhas, tanto para PF quanto para PJ, exceto para os recursos do BNDES PJ para financiamento

agroindustrial, em que a participação se manteve estável em 1,2% do total da carteira do crédito direcionado PJ. Esta queda pode ser explicada, provavelmente, pelo aumento significativo da participação do crédito imobiliário no crédito direcionado.

## Créditos Direcionados do BNDES

Além do crédito agroindustrial, o BNDES possui ainda as linhas de crédito “capital de giro” e “financiamento de investimentos”, para pessoa física e para pessoa jurídica.

O saldo do crédito para capital de giro com recursos do BNDES para pessoas jurídicas apresentou crescimento real acumulado de 99%, entre janeiro de 2008 e dezembro de 2013, e alcançou o patamar de R\$ 23,052 bilhões. No mesmo período, o financiamento de investimentos às empresas apresentou crescimento real de 170%, chegando a R\$ 482,686 bilhões (Tabela 16).

**TABELA 16**  
**Saldo das operações crédito com recursos BNDES para pessoa jurídica**  
**Brasil - Janeiro de 2008 a dezembro de 2013**  
(em R\$ milhões de dez/2013)

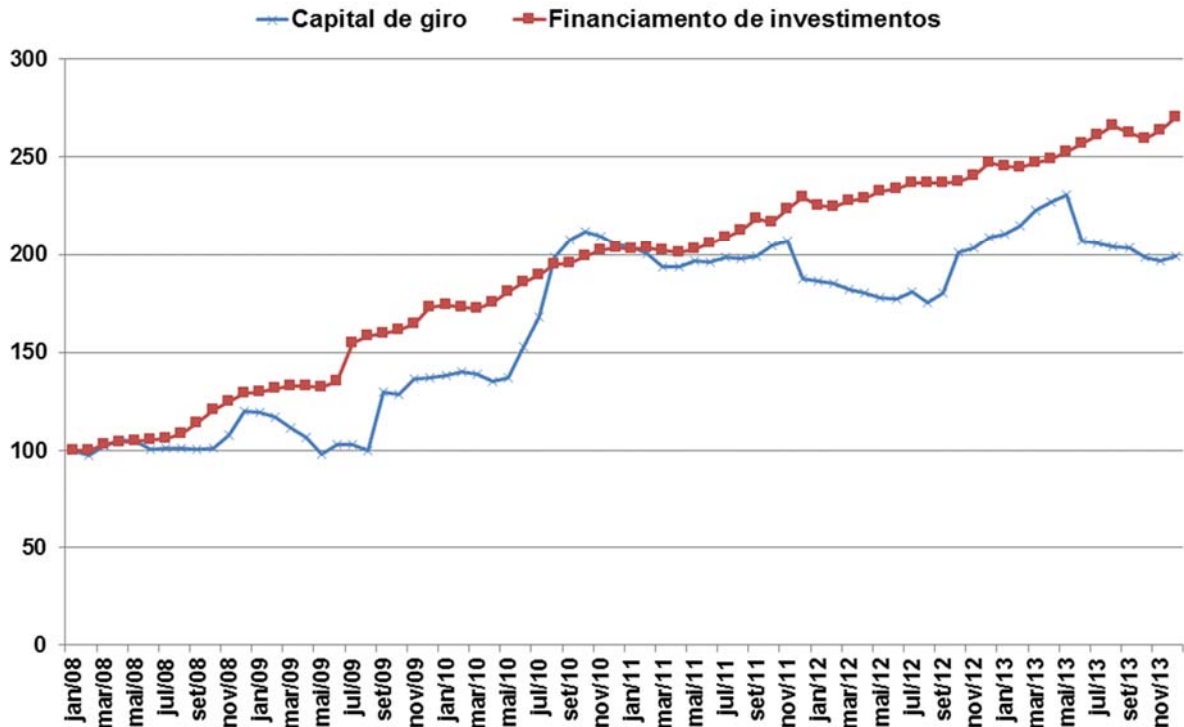
Meses	Capital de giro	Financiamento de investimentos
jan/08	11.571	178.720
dez/08	13.888	231.294
dez/09	15.855	309.091
dez/10	23.716	363.512
dez/11	21.701	410.729
dez/12	24.148	441.345
dez/13	23.052	482.686
<b>Varição Real Acumulada</b>	<b>99%</b>	<b>170%</b>

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

**GRÁFICO 8**  
**Evolução do saldo de operações de crédito BNDES PJ**  
**Brasil - Janeiro de 2008 a dezembro de 2013**

Número Índice (jan/2008 = base 100)



Fonte: Banco Central do Brasil  
 Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

As mesmas linhas de crédito também estão disponíveis para pessoas físicas que sejam empreendedores de atividades produtivas de pequeno porte. Ainda que os montantes sejam bastante inferiores, dada a própria natureza das atividades financiadas, o crescimento no período foi importante. Desde janeiro de 2008, o crédito do BNDES para financiamento às pessoas físicas cresceu, em termos reais, 227% e o saldo chegou a R\$ 10, 150 bilhões. A série histórica da linha capital de giro para PF teve início em março de 2011. Desde então, o saldo dessas operações, ainda que modesto, - da ordem de R\$ 35 milhões, em dezembro de 2013 -, cresceu quase 10 vezes desde que a linha foi criada.

## Microcrédito

De acordo com o Relatório de Inclusão Financeira do Banco Central, o microcrédito é entendido como aquele de pequena quantia concedido a pessoas com negócio próprio, de pequena escala, e que será pago fundamentalmente com o produto da venda de bens e serviços oriundos desse negócio. Em geral, destina-se à população geralmente excluída do sistema financeiro tradicional. Por determinação legal, 2% dos depósitos à vista dos bancos múltiplos com carteira comercial, dos bancos comerciais e da Caixa Econômica Federal, devem ser aplicados em operações para o microcrédito e, caso não sejam, deverão ser depositados no Banco Central, sem remuneração.

Existem basicamente duas linhas de microcrédito: o de baixa renda, também conhecido como microcrédito ao consumo, e o microcrédito para microempreendedores. Em 2005, foi criado o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), no âmbito do MTE, cujas fontes de recursos previstas são o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), além dos recursos obrigatórios dos depósitos à vista dos bancos. Em 2011, a regulamentação do Conselho Monetário Nacional determinou que pelo menos 80% da exigibilidade de aplicações em microcrédito fossem destinadas aos microempreendedores.

Com isso, houve uma clara inversão entre 2008 e 2013, já que, no primeiro período, o microcrédito ao consumo representava 73% do total e aos microempreendedores apenas 27%. Em dezembro de 2013, a participação das linhas de consumo caíram para apenas 10% e a dos microempreendedores subiu para 90% do microcrédito total.

**TABELA 17**  
**Saldo<sup>1</sup> das operações de microcrédito**  
**Brasil – janeiro de 2008 a dezembro de 2013**

(Em R\$ milhões de dezembro de 2013)

Meses	Saldos - Em R\$ milhões de dez/2013			Participação Relativa	
	Microcrédito destinado a consumo	Microcrédito destinado a microempreendedores	Microcrédito total	Microcrédito destinado a consumo	Microcrédito destinado a microempreendedores
jan/08	1.284	470	1.755	73%	27%
dez/08	1.159	673	1.831	63%	37%
dez/09	1.225	953	2.179	56%	44%
dez/10	1.719	1.287	3.007	57%	43%
dez/11	1.123	1.856	2.979	38%	62%
dez/12	981	3.042	4.022	24%	76%
dez/13	563	4.829	5.392	10%	90%
<b>Variação Acumulada</b>	<b>-56%</b>	<b>928%</b>	<b>207%</b>	-	-

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

Nota: (1) Deflator IPCA-IBGE

## Crédito por Controle de Capital: Bancos Públicos e Privados

Os dados do Banco Central mostram que os bancos públicos sustentaram decisivamente a evolução do saldo total do crédito, como mostra a Tabela 17.

**TABELA 18**  
**Saldo<sup>1</sup> das operações de crédito por controle de capital**  
**Brasil – janeiro de 2008 a dezembro de 2013**  
(em R\$ milhões de dezembro de 2013)

Mês/Tipo de controle	Públicos	Privados Nacionais	Privados Estrangeiros
jan/08	447.944	587.717	288.872
dez/08	586.790	700.916	339.815
dez/09	742.953	724.354	328.775
dez/10	852.370	838.546	353.791
dez/11	994.491	888.963	396.492
dez/12	1.201.389	896.943	409.993
dez/13	1.390.654	902.692	421.806
<b>Varição Acumulada (%)</b>	<b>210,45</b>	<b>53,59</b>	<b>46,02</b>

Fonte: Banco Central do Brasil  
Elaboração: DIEESE – Rede Bancários  
Nota: (1) Deflator IPCA-IBGE

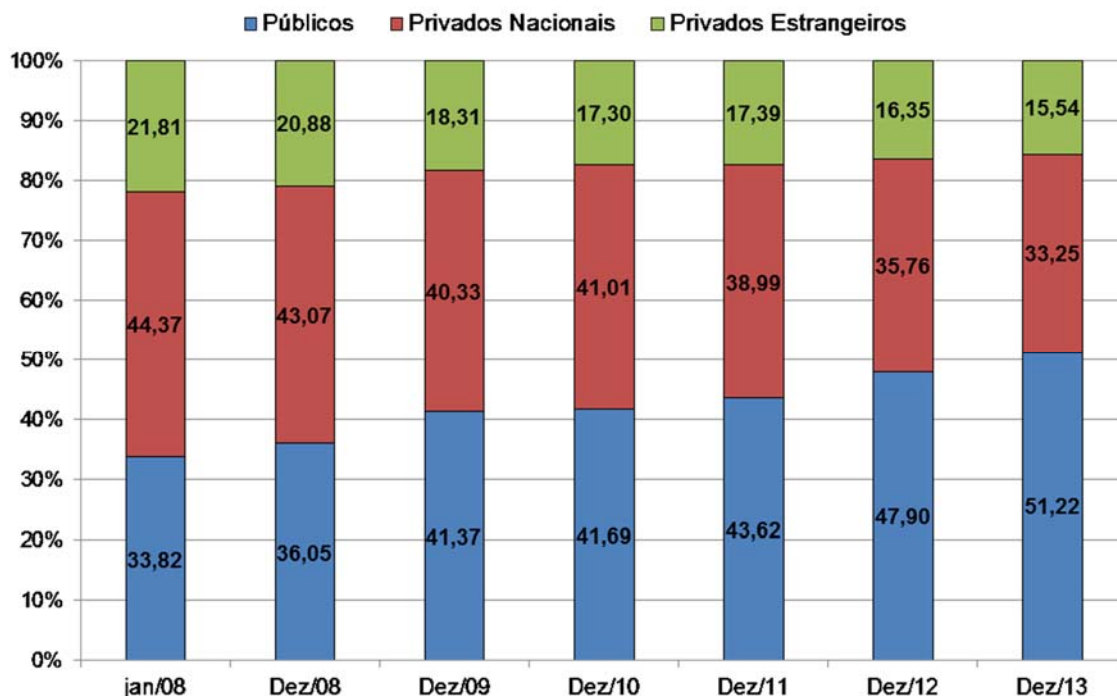
Nos bancos públicos, o saldo das operações de crédito cresceu 210% em termos reais, enquanto nos bancos privados nacionais e estrangeiros, a expansão foi de 54% e de 46%, respectivamente.

Em função disso, a participação relativa dos bancos públicos no saldo total das operações de crédito da economia saltou de 36%, em janeiro de 2008, para 51%, em dezembro de 2013. Em consequência, os bancos privados nacionais e estrangeiros reduziram a participação na oferta de crédito, de 43% para 33% e de 21% para 16%, respectivamente, como mostra o Gráfico 9.



**GRÁFICO 9**  
**Composição do Saldo das Operações de Crédito por Controle de Capital**  
**Brasil - janeiro de 2008 a dezembro de 2013**

(em %)



Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

Esses resultados inverteram a situação vigente no período anterior à crise, particularmente entre 2004 e 2008, quando as operações de crédito nos bancos privados cresciam a taxas mais elevadas do que nos bancos públicos, embora o desempenho tenha sido distinto, do ponto de vista do crédito setorial.

Os dados mais recentes mostram que, ao longo de 2013, a relação crédito/PIB dos bancos públicos ultrapassou a dos bancos privados. Em dezembro de 2013, o saldo das operações de crédito dos bancos públicos alcançou 28,9% do PIB e, nos bancos privados nacionais e estrangeiros, foi de 27,6% do PIB.

**TABELA 19**  
**Relação Crédito/PIB por controle de capital**  
**Brasil - março de 2011<sup>1</sup> a dezembro de 2013**

(em % do PIB)

Mês / Tipo de controle	Públicos	Privados Nacionais	Privados Estrangeiros
mar/11	19,04	18,48	7,88
dez/11	21,41	19,14	8,54
dez/12	25,77	19,24	8,79
dez/13	28,93	18,78	8,77

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

Nota: (1) Não há dados disponíveis para períodos anteriores

Entre dezembro de 2012 e dezembro de 2013, a relação crédito/PIB mostra ainda que, enquanto os bancos públicos expandiram a atuação no mercado de crédito em 3,2 pontos percentuais (p.p.), os privados retraíram o desempenho nesta área em 0,5 p.p.

Os números comprovam a importância dos bancos públicos para sustentar a alta do crédito e o ciclo de expansão da atividade econômica, sobretudo nos períodos em que os bancos privados reduziram a oferta de crédito devido à maior aversão ao risco e à natureza do *funding*.

Os dados da Tabela 19 mostram como os bancos públicos e os bancos privados nacionais e estrangeiros alocaram o crédito.

**TABELA 20**  
**Participação relativa do saldo de crédito por atividade econômica**  
**Bancos Públicos X Bancos Privados Nacionais e Estrangeiros**  
**Brasil - janeiro de 2008 e dezembro de 2013**

Setor de atividade	Janeiro/2008		Dezembro/2013	
	Públicos	Privados e Estrangeiros	Públicos	Privados e Estrangeiros
Crédito ao setor público federal	79%	21%	97%	3%
Crédito ao setor público estadual e municipal	77%	23%	99%	1%
<b>Crédito ao setor público total</b>	<b>78%</b>	<b>22%</b>	<b>98%</b>	<b>2%</b>
Crédito ao setor privado industrial	40%	60%	54%	46%
Crédito ao setor rural	56%	44%	67%	33%
Crédito ao setor comercial	24%	76%	32%	68%
Crédito pessoa física	17%	83%	31%	69%
Crédito ao setor privado de outros serviços	37%	63%	48%	52%
Crédito Imobiliário	72%	28%	75%	25%
<b>Crédito ao setor privado total</b>	<b>33%</b>	<b>67%</b>	<b>48%</b>	<b>52%</b>
<b>Total</b>	<b>34%</b>	<b>66%</b>	<b>51%</b>	<b>49%</b>

Fonte: Banco Central do Brasil

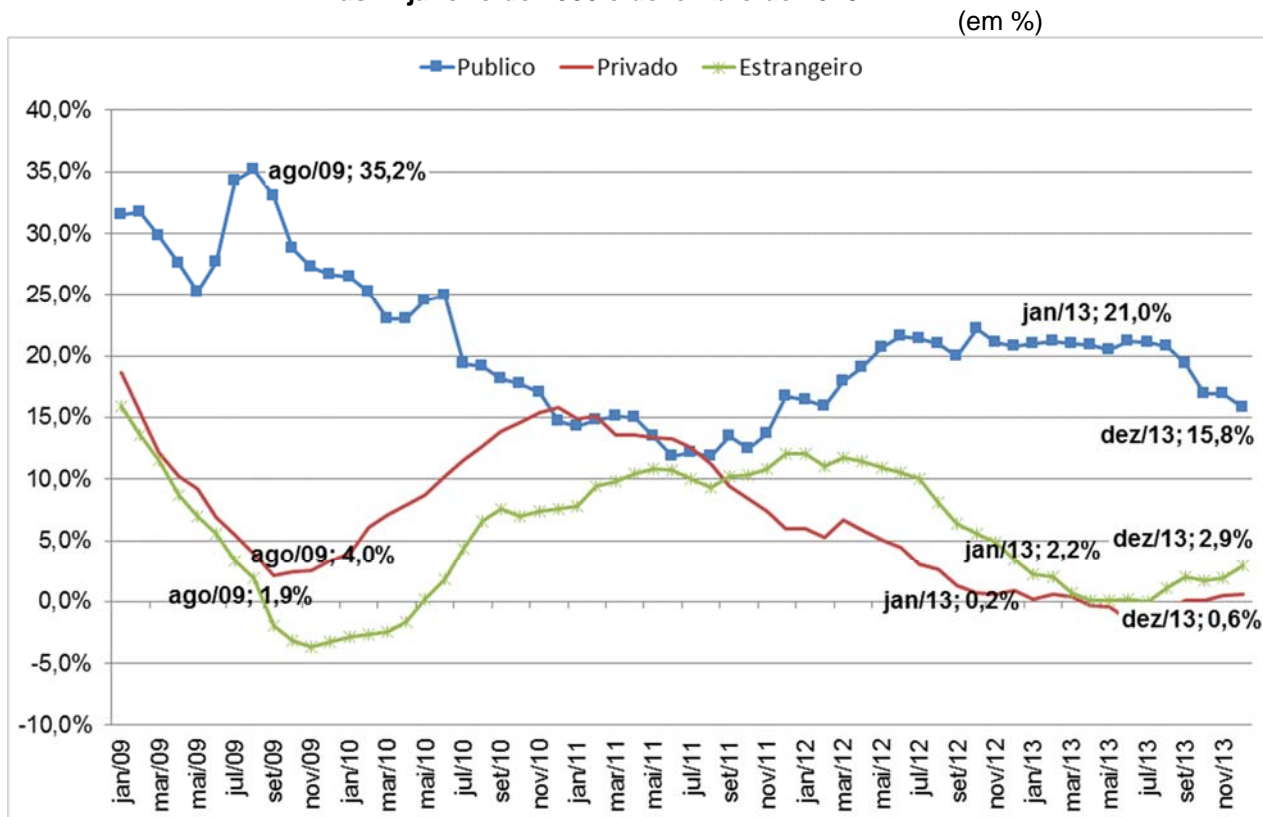
Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

Em dezembro de 2013, a quase totalidade (98%) do crédito destinado ao setor público foi aportada pelos bancos públicos. Em janeiro de 2008, esse percentual era de 78%.

Já nos bancos privados nacionais e estrangeiros, o crédito é voltado ao setor privado. Em janeiro de 2008, 67% das operações de crédito ao setor privado eram provenientes dos bancos privados nacionais e estrangeiros e, em dezembro de 2013, o percentual passou para 52%. Essa redução está relacionada ao avanço dos bancos públicos na oferta de crédito ao setor privado em praticamente todos os setores de atividade econômica.

Como já observado, houve uma redução recente nas taxas de crescimento do crédito tanto nos bancos públicos quanto privados (Tabela 10).

**GRÁFICO 10**  
**Taxa de crescimento real acumulado em 12 meses**  
**do saldo das operações de crédito por controle de capital**  
**Brasil - janeiro de 2008 e dezembro de 2013**



Fonte: Banco Central do Brasil e IBGE  
 Elaboração: DIEESE - Rede Bancários

Nos bancos públicos, logo após o agravamento da crise financeira mundial, as taxas de crescimento anual foram vigorosas, chegando a 35% em agosto de 2009. Mas em dezembro de 2013, a taxa anual foi de 15,8% e a tendência é de queda ao longo de 2014.

Os bancos privados e estrangeiros reduziram a oferta do estoque de crédito a partir de 2011. Foram observadas até mesmo taxas negativas, como em maio e agosto de 2013.

Apesar da desaceleração recente, o comportamento da oferta de crédito nos bancos públicos e privados continua bastante distinto.

## Considerações Finais

Os bancos desempenham papel crucial na elevação do nível da atividade econômica por meio da oferta de crédito às famílias e empresas. No Brasil, a oferta de crédito, medida pela relação crédito/PIB, sempre foi historicamente baixa em comparação a outros países, inclusive da América Latina, a despeito de existir no país um sistema financeiro considerado um dos mais sólidos e desenvolvidos do mundo.

Uma das razões para explicar essa aparente contradição - sistema financeiro robusto *versus* baixa relação crédito/ PIB - é que, no Brasil, em virtude de certas características do processo de desenvolvimento econômico, os bancos, em vez de financiar preferencialmente as atividades produtivas, preferem aplicar seus recursos na rolagem da dívida pública.

Como observado ao longo deste estudo, a relação crédito/PIB tem se elevado no país em virtude de uma série de fatores, entre eles, a retomada do crescimento econômico - ainda que a taxas tímidas e oscilantes -, a forte recuperação do mercado formal de trabalho e o crescimento dos rendimentos do trabalho, impulsionado pela política de valorização do salário mínimo e pelos ganhos reais obtidos por diversas categorias nas negociações coletivas.

Além disso, houve uma clara orientação de política econômica, na última década, no sentido da ampliação do crédito, especialmente pelos bancos públicos federais e pelo BNDES, com vistas à retomada do crescimento econômico e ao enfrentamento da crise econômica mundial. Com isso, evidenciaram-se as diferentes atuações dos bancos públicos e privados.

A eclosão da crise financeira mundial, em 2008, ocasionou forte retração do crédito nos bancos privados. A oferta de crédito passou a ser fortemente sustentada pelos bancos públicos, que atuaram de forma anticíclica para evitar uma maior desaceleração da economia. A atuação dos bancos públicos ocorreu em todas as modalidades de crédito - pessoa física e jurídica, recursos livres e direcionados. Houve aumento da participação dessas instituições no total do crédito ofertado à economia brasileira.

Entre as modalidades de crédito que tiveram melhor desempenho no período destaca-se o crédito com recursos direcionados - crédito imobiliário, rural e recursos do BNDES para investimentos, microcrédito e agroindústria. O direcionamento obrigatório de recursos pelos bancos - públicos e privados - visa suprir crédito para empresas e famílias que, de outra forma, não teriam acesso a ele em condições viáveis de financiamento (prazos e taxas). Devido à atuação mais forte dos bancos públicos e à entrada dos privados na concessão deste tipo de financiamento - em reação à perda de mercado e, também, por se tratar de uma linha de crédito com menor risco, devido à baixa inadimplência -, os recursos direcionados têm sustentado a oferta de crédito na economia e contribuído para atenuar os efeitos da crise internacional no país.

No que tange ao crédito com recursos livres, o consignado foi um dos destaques no empréstimo voltado ao incremento do consumo das famílias, amparado na recuperação dos indicadores do mercado de trabalho e da renda. Com o consignado, as famílias puderam ter acesso ao crédito com taxas mais baixas que as vigentes nas demais modalidades de crédito pessoal.

Entretanto, a continuidade da expansão do crédito no país, especialmente dos recursos direcionados - que têm efeitos mais duradouros e sistêmicos para a economia - depende de uma série de fatores de ordem conjuntural e estrutural.

Em termos conjunturais, as recentes medidas do governo que visam permitir a portabilidade de crédito entre instituições financeiras podem aumentar a concorrência e reduzir as taxas de juros. Com isso, pode-se estimular a demanda por crédito num cenário ainda marcado pela incerteza em relação ao desempenho da economia. Em um setor fortemente concentrado como o financeiro, qualquer diferencial em relação a taxas e prazos pode representar um importante incremento na base de clientes de instituições que disputam o mesmo tipo de mercado - nesse caso, o grande varejo bancário.

Mas os grandes desafios são de ordem estrutural e estão relacionados à elevada taxa de juros e aos altos *spreads* do sistema financeiro nacional. Não é possível ampliar a oferta de crédito de forma persistente e segura, isto é, sem aumentar a inadimplência, na vigência de juros e *spreads* tão elevados.

A experiência recente mostra que a tentativa de redução de juros e *spreads* enfrenta forte resistência por parte dos setores rentistas, entre eles, os grandes bancos, que detêm parcela expressiva dos títulos da dívida pública brasileira corrigidos pela variação da taxa básica de juros da economia - Selic. Ou seja, a ampliação da oferta de crédito requer alterações em um dos fundamentos que têm alicerçado a política macroeconômica do país há praticamente duas décadas. Sem isso, o país não alcançará padrões mais elevados de crescimento econômico e, principalmente, de desenvolvimento com distribuição de renda.

### **Referências bibliográficas**

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Nota de política monetária e operações de crédito**. Brasília, DF, 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de inclusão financeira**. Brasília, DF, 2011.

COSTA, Fernando Nogueira; PINTO, Gabriel Musso de Almeida. **Impactos da pressão para concorrência bancária no mercado de crédito brasileiro**. Campinas: Instituto de Economia UNICAMP, fev. 2013. (Texto para Discussão 215).

IPEA. **Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal: a atuação dos bancos públicos federais no período 2003-2010**. Rio de Janeiro: IPEA, 10 ago. 2011. (Comunicados do IPEA, 105).

JAYME JR., Frederico; MISSIO, Fabrício; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto. **Desenvolvimento financeiro e crescimento econômico: teoria e evidência empírica para os estados brasileiros (1995-2004)**. Belo Horizonte: Cedeplar; UFMG, 2010. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2009/>

MARQUES, Felipe. Banco discute taxa de portabilidade. **Valor Econômico**. São Paulo, 31 mar. 2014.

Rua Aurora, 957 – 1º andar

CEP 05001-900 São Paulo, SP  
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394  
E-mail: en@dieese.org.br  
www.dieese.org.br

**Presidente: Antônio de Sousa** - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

**Vice Presidente: Alberto Soares da Silva** - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

**Secretária Executiva: Zenaide Honório** APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

**Diretor Executivo: Alceu Luiz dos Santos** - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

**Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros** - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

**Diretor Executivo: José Carlos Souza** - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

**Diretor Executivo: Luís Carlos de Oliveira** - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

**Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes** - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

**Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira** - Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

**Diretora Executiva: Marta Soares dos Santos** - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

**Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa** - Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

**Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva** - Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

**Diretor Executivo: Ângelo Máximo de Oliveira Pinho** - Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

#### **Direção Técnica**

**Diretor técnico:** Clemente Ganz Lúcio

**Coordenadora executiva:** Patrícia Pelatieri

**Coordenadora administrativa e financeira:** Rosana de Freitas

**Coordenador de educação:** Nelson de Chueri Karam

**Coordenador de relações sindicais:** José Silvestre Prado de Oliveira

**Coordenador de atendimento técnico sindical:** Airton Santos

**Coordenadora de estudos e desenvolvimento:** Angela Maria Schwengber

#### **Equipe técnica responsável**

Ademir Vilaça

Barbara Valejos

Catia Uehara

Felipe Miranda

Fernando Benfica

Gustavo Cavarzan

Pedro Tupinambá

Regina Camargos

Vivian Machado